

Governo libera emendas e reforça articulação por pacote fiscal; dólar bate novo recorde

Ministro da Fazenda conversou na manhã de ontem com o presidente Lula, que teve alta hospitalar no domingo e se recupera em São Paulo

Expectativa é aprovar ao menos parte das medidas até o fim da semana, com prioridade para a mudança na regra do salário mínimo. Para viabilizar as votações, Executivo liberou R\$ 7,1 bilhões em emendas parlamentares em apenas dois dias. Lei orçamentária também está na pauta do Congresso Nacional

Dias decisivos

Governo tenta garantir aprovação do pacote

Os próximos dias serão decisivos para a equipe econômica tentar reverter a piora nas expectativas do mercado financeiro sobre as contas públicas. A previsão é de que o Congresso Nacional vote até o fim da semana ao menos parte do pacote de cortes de gastos. Para viabilizar as votações, o governo pagou R\$ 7,1 bilhões em emendas parlamentares em apenas dois dias.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se disse confiante quanto às votações: – O presidente (da Câmara, Arthur) Lira já deixou claro que, se precisar convocar sessão de manhã, de tarde e de noite até quinta-feira, a Câmara vai estar disponível.

“O apelo que ele (Lula) está fazendo é para que as medidas (do pacote de cortes de gastos) não sejam desidratadas.”

Fernando Haddad
Ministro da Fazenda

Haddad fez a declaração após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve alta hospitalar no domingo após a cirurgia de emergência da última semana, em São Paulo. Segundo o ministro, Lula fez um apelo para que as medidas do pacote não sejam desidratadas.

A principal preocupação do governo é com o projeto que altera as regras de indexação do salário mínimo, já que o novo valor precisa entrar em vigor no dia 1º de janeiro. A regra atual vincula o piso à alta do PIB de 2023, que ficou em 3,2%, segundo o IBGE. Se o governo conseguir alterar a regra antes da virada do ano, o aumento real (acima da inflação) será de até 2,5%, o que pode garantir economia de cerca de R\$ 5,3 bilhões.

O Planalto também pode fazer ajustes nos projetos, por pressão dos parlamentares. Um dos trechos que deve ser suavizado é o que endurece as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que enfrenta resistência no PT, partido de Lula.

Além do projeto que mexe no salário mínimo e no BPC, o governo enviou mais duas matérias. Uma estabelece novos gatilhos em caso de déficit primário e permite contingenciamento de emendas parlamentares, entre outros. A outra é uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece, entre outros, restrições ao abono salarial e aos supersalários. Ontem, Lira apensou a PEC a outra, de 2017, para acelerar a tramitação.

Além do pacote, precisam ser votadas esta semana a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). As propostas serão votadas entre hoje e amanhã na Comissão Mista de Orçamento e em uma sessão conjunta do Congresso na quinta-feira.

O Senado ainda pode apreciar dois projetos de grande repercussão: o que renegocia a dívida dos Estados e o que proíbe o uso de celulares em sala de aula.

Ainda há desconfiança

Embora o pagamento de emendas, que estava suspenso desde agosto por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), viabilize as votações, o clima no Congresso ainda é desconfiança. Um dos motivos é que o governo não efetuou o pagamento das emendas de comissão, montante que chega a R\$ 8 bilhões.

O Planalto deu indicativos de que só pretende liberar os valores após o início do recesso no Legislativo, o que incomodou os congressistas. —

Reforma tributária

A Câmara dos Deputados deu início ontem à noite à discussão sobre a regulamentação da reforma tributária, outra pauta prioritária para o governo na reta final do ano. Até por volta das 22h10min, a apreciação ainda não havia sido concluída. Antes da votação, o relator do assunto na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-SP), apresentou seu parecer, que voltou a incluir as bebidas açucaradas na lista de produtos que ficarão sujeitos ao Imposto Seletivo. Isso inclui refrigerantes, refrescos e chás prontos, por exemplo. Esses itens haviam sido retirados do rol do novo tributo pelo Senado. Os senadores aprovaram a regulamentação na semana passada, mas como houve alterações no texto, o tema retornou à Câmara. Outro trecho excluído por Lopes foi o desconto de 60% nas alíquotas para serviços de saneamento básico.

Em linhas gerais, o projeto define as regras para três impostos (IBS, CBS e Imposto Seletivo) que vão incidir sobre o consumo, e cria um mecanismo de cashback para a população de baixa renda.

BC intervém, mas dólar volta a bater recorde

Em meio à escalada do dólar, que permanece acima dos R\$ 6 praticamente desde que o governo anunciou o pacote fiscal, em novembro, o Banco Central (BC) fez a maior intervenção no câmbio desde 2020.

Logo após a abertura do mercado, ontem, quando a cotação da moeda chegou a R\$ 6,097, o BC anunciou leilão de moeda à vista, no valor de US\$ 1,6 bilhão. Mais tarde, foi feito novo leilão, de US\$ 3 bilhões. A injeção de US\$ 4,6 bilhões não conteve a disparada. O dólar encerrou o pregão em R\$ 6,094 (alta de 0,99%), maior valor nominal da história. Os leilões são uma estratégia do BC para suprir a demanda por dólares e, com isso, frear a cotação.

A apresentação de um pacote de contenção de gastos considerado insuficiente, somada à sinalização de elevação da isenção no Imposto de Renda para valores de até R\$ 5 mil por mês, teve efeito contrário ao esperado: ampliou as desconfianças do mercado em relação à capacidade do Executivo de melhorar as contas públicas, o que teve efeito direto no câmbio. —

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco **Página:** 4